



IDENTIDADES INDÍGENAS NA ESCOLA E O DISCURSO DO PRECONCEITO

¹Juliana Lustosa Jucá

²Max Maranhão Piorsky Aires

RESUMO:

O Presente trabalho analisa as relações interétnicas no interior de uma escola não-indígena, frequentada por alunos Tapeba, localizada no município de Caucaia, Ceará, no Nordeste brasileiro. Para tanto, descrevemos a história da construção dessas relações, as quais podem ser compreendidas mediante a exposição de uma situação complexa que envolve, dentre outros aspectos, luta pela terra e escola, significados jurídicos da definição de indígena e o papel atribuído pelas lideranças Tapeba às escolas indígenas. Durante a década de 1990, lideranças indígenas justificaram a criação de escolas “diferenciadas” usando, principalmente, dois argumentos: combater o preconceito sofrido pelos alunos Tapeba em escolas não-indígena da rede pública, bem como ensinar-lhes a não ter vergonha de ser índio. Neste artigo, exploramos como os estudantes responderam às situações de preconceito e às suspeitas em relação à identidade indígena dos Tapeba.

Palavras Chaves: Estudantes Tapeba. Relações Interétnicas. Preconceito.

INTRODUÇÃO

Os Tapeba somam aproximadamente 6.600 indivíduos (FUNASA, 2010) e estão dispersos em inúmeras localidades no município de Caucaia, das quais as mais conhecidas são Vila Nova, Pontes, Água Suja, Capoeira, Trilho, Lagoa dos Tapeba (dividida em Lagoa I e Lagoa II), Cutia, Lamarão e Jandaiguaba. Dentre estes locais citados, existem áreas habitadas predominantemente por

¹ Mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: Julianalustosacee@hotmail.com

² Professor Adjunto de Antropologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: maxmaranhao@gmail.com.



estes indígenas e áreas onde a presença deles é residual. Entre os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, Caucaia é a cidade mais próxima da capital, da qual dista 16 km. Entre 1991 e 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou um aumento populacional de 165.099 habitantes para 325.441 indivíduos residentes em Caucaia, numa área de 1.229 km².

Sobre a formação do município de Caucaia, as fontes históricas acessíveis trazem dados imprecisos, entretanto mencionam que ele teria se originado de uma aldeia jesuíta entre 1741 e 1759, chamada Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia. Após a expulsão dos jesuítas, a aldeia foi elevada à categoria de Vila Nova de Soure, também conhecida até meados do século XIX como “Vila dos Índios”, atestando a histórica presença dos Tapeba que faziam uso comum da terra, ao contrário do que acontecia em outras localidades. Segundo dados também imprecisos, teriam se reunido, naquela região, três a quatro etnias: Potiguara, Cariri, Tremembé e Jucá (BARRETTO FILHO, 2004).

Não existe na literatura etnológica nem em documentos históricos, qualquer referência a uma sociedade indígena denominada Tapeba. Barretto Filho (2004) menciona matérias de jornais locais que dataram do período anterior a 1984, as quais falam sobre as precárias condições de vida desta população. Em abril de 1968, no Jornal do Brasil, saiu a matéria intitulada “Índigena no Ceará não é nem cidadão”. Em maio de 1982, o Estado de São Paulo, publica “Os últimos Tapebas, na miséria”.

De acordo com registros da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e levantamentos realizados por antropólogos e missionários, os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí eram dados, até bem pouco tempo atrás, como os únicos estados do Brasil em que inexistiam índios (BARRETTO FILHO, 2004). No entanto, a atuação da Arquidiocese de Fortaleza, na década de 1980, teve um papel importante na identificação dos Tapeba como um grupo indígena, quando tomou conhecimento dos “remanescentes indígenas” em Caucaia.



Os objetivos deste trabalho são os seguintes: entender o quadro das relações interétnicas no interior de uma escola não-indígena, analisar a maneira como os estudantes responderam às situações de preconceito e às suspeitas em relação à identidade indígena dos Tapeba.

A investigação para este artigo foi realizada na Escola Estadual de Ensino Médio José Alexandre, localizada no distrito de Capuan, município de Caucaia, entre os anos de 2012 e 2013. Ela é frequentada por muitos Tapeba, sendo esta uma das instituições onde as lideranças indígenas relataram casos de preconceito contra estudantes Tapeba (AIRES, 2012).

1. A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA E A LUTA PELA TERRA

Desde a primeira metade da década de 1980, os Tapeba passaram a ser identificados como um grupo indígena, quando a então Equipe de Assessoria a Comunidades Rurais, atendida posteriormente por Equipe Arquidiocesana de Apoio à Questão Rural da Arquidiocese de Fortaleza, tomou conhecimento dos “remanescentes indígenas” em Caucaia. Aliada ao apoio da legislação brasileira com a criação do Estatuto do Índio em 1973³ e, sobretudo, a Constituição Federal de 1988, a equipe passou a ter interesse em impulsionar as lutas pela terra no Ceará, com o objetivo de resolver o problema agrário entre índios e os não-índios no município.

Após chegar ao Ceará, em 1970, Dom Aloísio Lorscheider, Arcebispo de Fortaleza, organizou o Movimento pela Educação de Base (MEB). Este projeto educacional foi coordenado por José Cordeiro e sua esposa, militantes da Juventude Agrária Católica. Em 1980, Cordeiro iniciou suas ações com uma população residente às margens do rio Ceará, rio na fronteira entre Fortaleza e Caucaia, que intitulou de “miseráveis” e “remanescentes indígenas”. Cordeiro proporcionou ajuda material para estas pessoas e expandiu o trabalho para outros locais. Ele possibilitou a entrada de recursos financeiros para a compra e doação de alimentos, construção de casas, tratamentos médicos e ajuda

³Lei Nº 6.001, de 19 de Dezembro de 1973, em seus Art. 1º, regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.



funeral. Em 1985, Cordeiro organizou Tapeba e trabalhadores rurais de Caucaia, em torno da formação da primeira organização política institucional- Associação das Comunidades do Rio Ceará (ACRC), a qual reunia em sua estrutura administrativa indígenas e não-indígenas para resolver a situação fundiária (AIRES, 2012). Neste período, os Tapeba entraram em contato pela primeira vez com a FUNAI (TÓFOLI, 2010). Ainda neste ano, numa carta enviada ao presidente da República, ao presidente da Fundação Nacional do Índio e ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, os Tapeba foram apresentados como índios mestiços que queriam terra, posto médico e escolas. Segundo (AIRES, 2012), “esta carta tornou-se o documento que deflagrou a abertura do processo administrativo de regularização fundiária e reconhecimento da identidade indígena”.

O apoio da Igreja e a chegada de Dom Aloísio Lorcheider, foram determinantes no engajamento de autoridades estaduais em defesa dos indígenas cearenses, já que se acelerou o processo de reconhecimento dos Tapeba. Entre os anos de 1985 e 1986, sociólogos e antropólogos do Ministério da Reforma Agrária (MIRAD) e do Museu do Índio elaboraram estudos que reuniram evidências para a comprovação da identidade indígena Tapeba. Mesmo com o processo de aculturação apontado por estes pesquisadores, os estudos identificaram traços culturais que atestaram a origem pré-colombiana e pequenas diferenças culturais frente aos não-índios do município de Caucaia, tal como na definição de indígena que consta no Estatuto do Índio. As indicações destes pesquisadores foram suficientes para a realização do primeiro relatório de identificação dos limites da Terra Indígena Tapeba (AIRES, 2012).

Em 1986, foi realizado o primeiro levantamento para delimitação da Terra Indígena Tapeba, sendo esta demarcada e identificada em Caucaia pela FUNAI e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que gerou conflitos e situações de resistência ativa e passiva dos não-índios, devido à desapropriação de alguns imóveis rurais. A vistoria para demarcação das terras fez com que muitos regionais, após o levantamento fundiário, vendessem e/ou loteassem seus imóveis, o que levou alguns políticos do



cenário municipal, estadual e federal a contestarem a existência de índios em Caucaia. Estes políticos eram proprietários de terras que estavam inseridos nos limites de áreas indígenas. Estes fatos podem ser confirmados na declaração feita por uma deputada estadual e ex-primeira dama do município de Caucaia no período em questão.

Nunca existiu índios Tapebas. O que existe é um grupo de descendentes de um caboclo conhecido pela alcunha de “Perna-de-Pau” que habitou na área de Caucaia no início do século e teria vivido maritalmente com duas irmãs, o que gerou um grupo racial fechado que foi habitar nas proximidades da Lagoa do Babaçu, hoje Caucaia (O POVO, 1987 apud BARRETTO FILHO, 1993).

Em 1988, devido às contestações, houve o arquivamento do processo relativo à delimitação das áreas indígenas, agravado pela ideia de que os não-indígenas proprietários de terras faziam da suposta aculturação dos Tapeba o fato de estarem integrados aos regionais de Caucaia. Em 1989, o processo foi reaberto com o respaldo da Constituição Federal (1988), quando reconheceu que aquelas áreas eram uma terra indígena, tendo em vista a ocupação tradicional e permanente dos Tapeba ali. Em 1997, foi assinada uma portaria declaratória dando parecer favorável aos Tapeba. Em seguida, a Prefeitura Municipal de Caucaia recorreu da decisão, por meio de um Mandado de Segurança, por considerar que a Terra Indígena estava localizada na região metropolitana de Fortaleza, alegando que o reconhecimento da terra aos índios levaria prejuízos ao progresso e ao desenvolvimento local (NASCIMENTO, 2009).

No ano de 2003, o Poder Judiciário determinou que fosse realizado outro estudo e uma perícia antropológica em resposta à contestação se os Tapeba são índios. Neste estudo, foi observada a Festa da Carnaúba⁴, realizada em

⁴A partir do ano 2000, os Tapeba começaram a criar um conjunto de eventos articulados ao modelo de educação indígena, definida pelo estado brasileiro como “específica, diferenciada, bilíngue e intercultural”. Como exemplo, cita-se a Festa da Carnaúba, criada em 2000 por lideranças indígenas, durante a ocupação de área geográfica reivindicada como território Tapeba. Nos anos seguintes, incorporaram à festa a Feira Cultural e os Jogos indígenas, sendo estes últimos criados por professores indígenas, tornando todas essas atividades em a Festa da Carnaúba, Feira Cultural e Jogos Indígenas Tapeba. Todo esse aparato cultural era



outubro de 2002, que foi importante para o registro de rituais e manifestações culturais, por meio dos quais os Tapeba afirmam sua identidade indígena, demonstrando que esse quadro cultural é a base legítima de entendimento das concepções e práticas que definem a diferenciação étnica e a etnicidade dos Tapeba. Neste cenário, a performatividade das tradições indica os significados do pertencimento a um lugar que é culturalmente reconhecido (VALLE, 2003).

1.1 “RESGATANDO” A CULTURA DOS TAPEBA

Cordeiro começou uma pesquisa para a produção de conhecimento da presença de índios em Caucaia e da identidade indígena dos Tapeba, o que pôde ser encontrado em nomes de ruas com origem tupi, remédios caseiros e artefatos feitos com a palha da carnaúba, os quais foram nomeados como práticas culturais indígenas. A Arquidiocese de Fortaleza também propiciou possibilidades aos Tapeba, já que ensinou às lideranças indígenas o seu passado, cultura e direitos.

Em virtude da noção que os tapebas têm de serem índios, a equipe Arquidiocesana, num primeiro momento de sua atuação, desenvolveu esforços didáticos e pedagógicos especiais de “resgatar” a memória deles, através de inúmeros artifícios e práticas, tais como dramatizações e apresentações de teatro de bonecos, exposições de “conjuntos de cartazes educativos”, e da produção de um vídeo (*Tapeba: resgate e memória de uma tribo*). Essas iniciativas, por sua vez, estavam baseadas nos inúmeros textos produzidos pela Equipe Arquidiocesana a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica que desenvolveu sobre a história do Ceará, das populações

empregado para a comunicação entre os próprios Tapeba e uma espécie de face pública do grupo. Os professores imaginaram a Feira Cultural como um momento de encontro entre alunos e pais em torno das escolas diferenciadas. Na feira, os pais dos estudantes conheceram a cultura e a agenda política das mobilizações dos Tapeba. Estes conjuntos de práticas culturais tinham como objetivo comemorar o que foi concebido pelos professores como a “cultura Tapeba”, apresentando sua etnia ao público não-indígena e, nestas ocasiões, também chamavam a atenção das autoridades e meios de comunicação, em especial jornais locais para os problemas das escolas (AIRES, 2008). Estes eventos foram fundamentais na identificação de um número maior de indivíduos, bem como no estabelecimento de novas bases de relação entre os Tapeba, população regional e instituições de estado (AIRES, 2012).



aborígenes e da ocupação colonial onde hoje se situa o município de Caucaia (BARRETTO FILHO, 2004, p.124-125).

Segundo o autor supracitado, alguns desses textos se tornaram públicos na tentativa de tornar comprobatória a presença histórica dos Tapeba em Caucaia, dando suporte à demanda de reconhecimento de seus direitos territoriais.

Noutro esforço, a Equipe Arquidiocesana atuou com os Tapeba e institucionalizou a data de 03 de outubro como o “Dia do Índio Tapeba”. Esta data faz referência à morte de Vitor Tapeba, que era tido como o último chefe indígena. O objetivo da Igreja local, ao instituir essa data, era fortalecer os vínculos desta comunidade.

No final da década de 1980, a Igreja criou a Pastoral Indigenista. Esta continuou a produzir fatos para o reconhecimento dos Tapeba como um grupo indígena e incentivou a criação de cacique e pajé em substituição à estrutura de cargos da Associação das Comunidades do Rio Ceará, que se transformou numa organização indígena denominada Associação das comunidades dos Índios Tapeba. A igreja também propiciou oportunidades de viagens para lideranças indígenas, que conheceram as lutas de outros povos no Nordeste brasileiro, práticas culturais e agenda de mobilizações de outros grupos. Posteriormente, os líderes iniciaram a reconfiguração das práticas culturais. Neste período, foram criadas escolas indígenas em inúmeras localidades (Pontes, Vila, São Raimundo Nonato, Vila Nova e Trilho), entretanto não duraram muito tempo pela falta de recursos (AIRES, 2012).

1.2 A LUTA PELA EDUCAÇÃO ARTICULADA AO CONTEXTO FUNDIÁRIO

Segundo AIRES (2012), a criação das escolas indígenas foi uma estratégia da Igreja em ampliar a identificação e avançar no processo de regularização fundiária. O autor explica que a ação da Igreja gerou uma expectativa de criação da primeira “reserva indígena” do Ceará, respaldada pelo fato de a Constituição Federal ter estabelecido o prazo de até outubro de 1993 para demarcação de todas as terras no Brasil, bem como pela



proclamação do Ano Internacional das Populações Indígenas do Mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em abril daquele ano, a Igreja conduziu a Campanha pela Demarcação das Terras Indígenas no Ceará⁵ quando grupos indígenas Tapeba, Tremembé, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé se reuniram numa mobilização na praça José de Alencar, importante espaço público da cidade de Fortaleza. Naquela campanha, os Tapeba acamparam e exibiram o artesanato com a palha de carnaúba, remédios caseiros etc e, ao distribuírem e divulgarem material publicitário que contemplava trechos do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁶, reforçavam que a criação das escolas serviria para “recuperação da memória e identidade étnica”, “formação de agentes educacionais” e educação, “segundo sua tradição e cultura”.

As lideranças indígenas começaram, então, a participar dos circuitos de reuniões e assembleias nacionais. A exemplo disto, pode-se citar o cacique Francisco Alves Teixeira, chamado de Alberto, o qual conheceu as lutas de outros grupos por escolas diferenciadas e aprendeu a dança do Toré⁷. Em vistas de ausência de símbolos e práticas culturais diferenciadoras, Alberto ensinou o Toré para lideranças de outras localidades, uma vez que o aprendizado daquela dança representava a possibilidade de se obter um traço cultural, historicamente empregado pelo órgão oficial federal no

⁵A partir de janeiro de 1993, o Movimento Indígena se articulou pela primeira vez entre si, para a realização da Campanha de Demarcação das Terras indígenas no Ceará- “Terra Demarcada-vida garantida”, movimento também organizado a nível regional e nacional, decidido e assumido pelos Povos Indígenas nas diversas regiões do Brasil. Essa campanha contou com a realização de várias atividades, priorizando a luta pela demarcação das terras indígenas e sua cultura (LEITE, 2009, p.411).

⁶Segundo Tófoli (2010) a mobilização em torno da educação diferenciada vai se consolidar a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Base de Educação Brasileira (LDB), em 1996, e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para escola Indígena elaborados em 1999.

⁷Esta dança era encenada para a imprensa ou estudantes e professores de escolas de Fortaleza e Caucaia, que se dirigiam até os Tapebas, especialmente no Dia do Índio, para conhecê-los. A performance da dança acontecia sob a direção de um adulto, que reunia crianças em círculos para ensinar-lhes as músicas e a gíngua corporal ao som de instrumento de percussão. Em seguida, lideranças de três outras localidades organizaram grupos para treinar o Toré (AIRES, 2012, p. 9).



reconhecimento de índios no Nordeste brasileiro (Grünewald, 2005 *apud* Aires, 2012).

O artesanato e medicina popular, como metáforas que estabeleceram uma ligação primordial entre Tapebas e a terra, bem como a dança do Toré e títulos políticos indígenas (cacique e pajé), eram reconfiguradas, submetidas a uma leitura informada pelas trajetórias pessoais das lideranças e articuladas as estratégias de produção de informações para justificar a identidade indígena (AIRES, 2012, p. 9).

1.3 OS PROFESSORES INDÍGENAS E A INTENSIFICAÇÃO DO RECONHECIMENTO

Os professores indígenas se apropriaram das experiências de “resgate” da cultura dos Tapeba, produzidas pela Igreja, e tornaram-se figuras essenciais no processo de intensificação da identificação (AIRES, 2008). Com a possibilidade de recuperação da cultura, os professores, junto com as lideranças, formularam a linguagem de reivindicação das escolas indígenas, colocando o tema do preconceito como uma das justificativas para a criação das escolas diferenciadas⁸ (AIRES, 2012). O autor cita que, na localidade das Pontes, Trilho e Lagoa dos Tapeba, foram criadas escolas denominadas de “diferenciadas”, onde na luta por reconhecimento, os professores exibiam os estudantes com cocar, saias de tucum, artesanato e rostos pintadas para

⁸Alguns casos de preconceito vivenciados por estudantes nas escolas não-indígenas do município de Caucaia e explorados nos discursos dos líderes indígenas colocaram o assunto do preconceito como uma das justificativas para a criação de escolas diferenciadas (AIRES, 2012). O autor menciona uma situação vivenciada por um adolescente, numa escola pública, no distrito de Capuan, em que a diretora ameaçou segurar o aluno indígena para cortar-lhe os cabelos, afirmando não existir índio em Caucaia. Tal episódio fez com que o menino desistisse de frequentar a escola não-indígena. Em outros casos, lideranças informaram que as famílias não tinham condições financeiras para comprar fardamento escolar ou chinelo adequado à escola para seus filhos, por isso os alunos indígenas eram discriminados. Diante destes fatos, as lideranças pediram o apoio da Igreja para redigir um documento a ser entregue à Diretora com esclarecimentos sobre a história dos Tapeba. Aires (2012) explica que estes episódios ajudaram a formar o discurso que legitimou a criação das escolas diferenciadas. Na década de 1990, lideranças e professores Tapeba reivindicaram um projeto diferente para as escolas indígenas, que enfatizou a inclusão da diferença cultural nos currículos. Esta escola passou a ser denominada de “Escola Diferenciada Tapeba”⁸, cujo objetivo era a formação de uma educação que valorizasse suas práticas culturais e que combatesse o preconceito e, ainda, que lhes ensinasse a não ter “vergonha de ser índio”.



dançar o Toré. Esses professores produziram um livro intitulado “Memória viva dos índios Tapeba: terra demarcada, vida garantida” e criaram eventos que comemoram a cultura Tapeba, para o público não-indígena, como resposta a um contexto marcado pela discriminação de suas crianças em escolas de ensino regular da rede pública e as constantes dúvidas da existência de índios em Caucaia.

2. ESTUDANTES TAPEBA NUMA ESCOLA NÃO-INDÍGENA

Nesta parte, exploramos as experiências de preconceito descritas pelos estudantes indígenas, a variedade de sentidos atribuídos ao uso desse termo e demonstramos, a partir de seus discursos, como eles reagiram a essas situações. Em seguida, descrevemos as condutas elencadas pelos alunos para um indivíduo Tapeba ser considerado um “verdadeiro índio”, em meio a desconfiança sobre a identidade indígena dos Tapeba.

2.1 Estereótipos

Na escola, muitos alunos disseram que a imagem que os não-Tapeba fazem dos índios parece depender de alguns critérios, como características fenotípicas (ter a pele de cor escura e cabelos lisos), baixa condição socioeconômica, morar na mata (comparação com os índios da Amazônia), apresentar nudez, viver da agricultura e pesca, não possuir aparelhos eletrônicos nem carro. Por isso, é comum a população regional fazer as seguintes perguntas: “você é índio de verdade?” ou “pra ser índio vocês não deveriam morar distante da cidade igual aos índios da Amazônia e viver do que plantam?”.

Eu acho que as pessoas pensam que ser índio tem que estar dentro da mata, como os índios da Amazônia, afastado de tudo e andando nu. As pessoas acham que a gente não pode andar bem vestido, que não podemos ter celular, carro, essas coisas. Ser índio não tem nada a ver com andar nu ou viver no meio da mata, isolado de tudo. Eu pelo menos gosto de moda, adoro moda, gosto de ter as coisas e só porque gosto disso não vou ser índio, é? Eu acho que quando a gente vai se apresentar nos locais, as pessoas esperam que a gente quando termine as apresentações esteja vestido com roupas bem



pobrezinhas (risos) e se ver a gente com coisa boa, acho que pensam que nós não somos índios (Ceci, 19 anos).

Francisco, 20 anos, disse que, quando conhece alguém, gosta de informar que é Tapeba e, geralmente, as pessoas perguntam se ele é “índio de verdade” e, ao fazerem tal pergunta, justificam respondendo que ele não parece ser índio, pois se veste como a população local. Francisco explicou que, por ele não ter o “perfil indígena”, as pessoas tendem a ser preconceituosas. “Só porque eu não ando mal vestido, só porque eu tenho um celular, as pessoas dizem que a gente não é índio, que é mentira nossa, isso é preconceito né?”.

Ele explicou que muitos de seus amigos indígenas, moradores do bairro Capuan, contaram histórias sobre as dúvidas da população de Caucaia acerca da identidade indígena dos Tapeba e descreveu esta situação.

Um amigo meu nesse ano [2013] disse que convidou os colegas do trabalho [seu amigo é funcionário de uma padaria no município de Fortaleza] para irem à festa da Carnaúba para conhecer sua cultura e alguns deles riram e disseram que ele não tinha nada de índio, pois nunca viram índio ter celular e morar na cidade junto com outras pessoas, pois índio de verdade é que nem aqueles da Amazônia.

Francisco fez críticas ao pensamento que os regionais têm sobre os Tapeba. Segundo ele, as pessoas não devem achar que uma pessoa não é índio porque não anda nu ou porque não mora na mata, pois os índios também têm “direito de acompanhar a modernidade”. Ele colocou que não é o fato de ter um aparelho celular que o faz menos índio que os da Amazônia e, enquanto os não-indígenas não mudarem esse pensamento, sempre haverá o preconceito contra os Tapeba.

Outros estudantes disseram que escutaram da população local que índio não pode fazer uso do aparelho celular nem ter carro. João, 19anos, contou que, desde o ano de 2010, quando seus pais compraram um automóvel, seus amigos da escola e do bairro de Jandaiguaba, local em que moram, falaram que sua família deixou de ser Tapeba no momento em que adquiriu um veículo. Ele disse que não entende porque as pessoas acham que ter um carro é



sinônimo de não ser índio. Para ele, os índios têm direito de adquirir “coisas modernas e evoluir”. Em seguida, João perguntou: “quer dizer eu que vou ter que passar a vida toda andando de ônibus e bicicleta só para as pessoas acharem que sou índio?”.

Na escola, inúmeras histórias foram contadas pelos alunos sobre a imagem que a população regional faz dos índios. Cita-se uma conversa que aconteceu numa tarde de quarta-feira, na qual o professor de geografia faltou e não tinha outro profissional que o substituísse. Nas sala de aula conversamos com Helena, 19 anos. Seus vizinhos disseram que em Caucaia não existe índio de verdade, pois, para eles, os “verdadeiros índios” devem tirar o sustento da terra e viver como os indígenas exibidos nos programas de televisão, que moram em locais distantes da cidade e no meio da mata. Ela disse que é comum ouvir a população local fazer comparação entre os Tapeba e os índios da Amazônia.

Durante a conversa com Helena, uma aluna indígena juntou-se a nós. Trata-se de Patrícia, 17 anos, que, ao adentrar a sala, quis saber qual era o assunto sobre o qual estávamos conversando. Antes mesmo que eu pudéssemos informar, Helena disse que falávamos sobre “o preconceito que as pessoas têm contra nós, de não acreditar que nós somos índios”. Patrícia contou que é muito difícil que a população regional acredite que os Tapeba são índios, pois eles associam indígena a morar afastado da cidade, viver da agricultura e pesca.

Antigamente eu discutia quando um amigo meu dizia que eu não era índio, ficava com muita raiva e algumas vezes, passava dias sem falar com eles, mas depois de um tempo eu me acostumei e vi que não valia a pena brigar toda vez que alguém dissesse que eu não sou Tapeba.

Em seguida, Patrícia sorriu e disse que esse é um assunto que não tem fim e que acha “chato” frequentemente justificar para a população regional a identidade indígena dos Tapeba. A “tendência é piorar, pois nós vamos evoluindo junto com a modernidade”. Ela fez esse comentário, saiu e apenas voltou quando o professor da aula seguinte entrou na sala.



No contexto local, os estudantes associaram a identidade indígena à pele de “cor escura”. Pedro, 17 anos, contou que alguns de seus amigos e vizinhos não-Tapeba, moradores do distrito Capuan, ao conhecerem sua sobrinha, de cor branca, afirmaram que a menina não era indígena, pois, para eles, não existe índio branco. Pedro comentou que sua família fica chateada quando escuta esse tipo de comentário. Para ele, índio pode ser de toda cor, e as pessoas, ao alegarem que sua sobrinha não é Tapeba, estão sendo preconceituosas.

Neste momento, ele olhou para todos os estudantes que estavam no pátio da escola e apontou para uma menina que estava na fila da merenda e fez o seguinte comentário: “minha sobrinha tem a cor daquela menina ali, é bem branquinha”. Em seguida, Pedro me mostrou o braço e disse que a população local acha que índio tem que ter a cor dele “morena” ou a pele de cor “mais escura” que a dele.

Juana, 19 anos, contou que tem uma irmã de “cor branca”. Ela e seus pais, no entanto, possuem a “cor morena” e não têm cabelos lisos. Por essa razão, sempre escutou “piadas” de colegas que moram na sua rua, no bairro Jandaiguaba, ao dizerem que sua família não é indígena, pois nunca viu índio da “pele branca” e “cabelo enrolado”. Ela fez críticas aos conhecimentos locais acerca dos índios. Para ela, ninguém pode sair dizendo o que as pessoas são ou como devem ser. No entendimento de Juana, se alguém se considera Tapeba, é para ser respeitado, mas ao invés disso, os não-indígenas insistem em dizer que eles não são índios, com argumento de que eles não têm a pele escura e os cabelos lisos. Joana entende essa situação como uma forma de preconceito.

Há, entretanto, uma constante suspeita não apenas por parte da população de Caucaia, mas também de alguns estudantes Tapeba que desconfiaram de indivíduos brancos que se diziam índios. Durante a Marcha Tapeba⁹, realizada

⁹Em 2005, a data do dia 03 de outubro “Dia do Índio Tapeba” foi retomada com a criação da Marcha Tapeba, uma caminhada pelas ruas e praças principais do Distrito de Capuan. Neste evento, o qual integra o calendário político dos Tapeba e das escolas diferenciadas, as escolas modificam suas rotinas em decorrência de sua preparação, quando parte da carga horária das aulas é destinada aos ensaios e à



no dia 03 de outubro de 2012, na Praça da Igreja Matriz, no centro de Caucaia, Ceci olhou para um rapaz de cor branca e olhos claros, que estava participando do evento. Ao vê-lo, Ceci comentou com desconfiança: “esse menino aí é índio? Hoje tem índio de toda cor, né? Todo mundo também é índio, né, hoje?”. Perguntamos naquele momento se índio teria uma cor específica, referindo ao comentário que ela havia feito e, em seguida, Ceci respondeu:

Minha cor é indígena, é morena, é tanto que no formulário do Enem¹⁰ que eu fui preencher tinha lá nas opções da pergunta sobre sua cor, aí tinha a opção cor indígena e eu marquei essa, claro né? [...] Mas hoje não tem mais isso de cor não né? Porque eu sei que hoje tá tudo misturado, que tem índio branco (Ceci).

Noutras ocasiões, Ceci suspeitou da identidade indígena de jovens brancos. Ao mesmo tempo, relatava ter conhecimento de que índio poderia ter a pele de cor branca e citou o exemplo dos índios Anacés:¹¹ “tem muito índio Anacés que é branco, mas todo mundo sabe que lá, sempre teve índio branco, as pessoas já são acostumadas com isso”.

2.2 EXPLICAÇÕES SOBRE A DESCONFIANÇA DA IDENTIDADE INDÍGENA

Para os alunos, a suspeita em relação à identidade indígena dos Tapeba aumentou depois do cadastramento realizado pela FUNAI. Os estudantes afirmaram que indivíduos não-indígenas se cadastraram como índio para ter acesso aos direitos indígenas. O debate girou em torno de pessoas “negras” que supostamente se passaram por indígenas para obtenção de direitos ou as

produção de materiais. No dia do evento, os estudantes indígenas, organizam-se em pelotões (o que me lembrou dos desfiles das escolas convencionais em comemoração ao dia 7 de setembro), vestem-se em saias de tucum e cocar e pintam seus corpos.

¹⁰ O Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM é uma prova realizada pelo Ministério da Educação e serve para o acesso ao ensino superior em Universidades Públicas Brasileiras, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

¹¹ Os Anacé constituem um grupo de 1.281 indivíduos (SESAI, 2012), distribuídos em São Gonçalo do Amarante e Caucaia, municípios pertencentes à região metropolitana de Fortaleza, capital do Estado do Ceará (BRISSAC e NOBREGA, 2010 apud POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2013).



diferentes opiniões sobre os casamentos entre Tapebas e não-Tapebas e acesso à direitos.

De tanto ouvir a respeito desse tema, perguntamos aos estudantes como era feito o cadastramento e quando tinha sido realizado. Muitos não souberam responder, e os poucos que se arriscaram falaram com base nos comentários de seus pais.

Eu sei que têm um povo aí que vai na casa da gente e faz um monte de perguntas e minha mãe disse que se um índio é cadastrado e se casa com uma mulher índia ai essa mulher faz o cadastro dela como índio, mas não tenho certeza. (Irani, 16 anos)

Minha mãe diz que hoje não é mais como antes, que qualquer pessoa chegava e se cadastrava, mas, que hoje tá tudo documentado e não é mais só chegar e dizer que é índio, ainda bem, né? Porque o tanto de pessoa que já se cadastrou sem ser índio de verdade, né? Fora que eles ficam usando os nossos direitos, usam o posto que é pros índios. Apesar, que outras pessoas podem usar, mas não precisa fingir que é índio, né? (Ceci).

Uma das alunas informou que tinha perguntado aos seus pais quando tinha sido realizado o cadastramento dos Tapeba. Ela disse que eles não tinham certeza do período, mas informaram que o último cadastro foi feito entre os anos de 2009 e 2010. Perguntamos também aos estudantes a que tipo de benefícios eles se referiam. A maioria respondeu que:

São as cestas básicas que a gente recebe. Mas pra receber as cestas têm que ser cadastrado, ai todo mundo quer receber as cestas né!. Também tem os postos de saúde dos índios né, e também quando uma mulher fica grávida ela recebe dinheiro pra cuidar do bebê, é dois mil reais, eu acho (Ceci).

Os alunos repetiram com frequência uma mesma frase: “tem tanta gente que não é índio, mas se cadastrou só pra ter direito ao que a gente [Tapeba] tem”. Ouvi este comentário pela primeira vez através de Ceci e pedi que me



explicasse com mais clareza do que se tratava tal afirmação, quando ela me respondeu:

Minha avó e mãe sempre dizem quando veem uma pessoa que se cadastrou como índio assim: “esse aí nem é índio, se aproveitou do cadastro e virou índio”, esse aí eu vi se criar e agora virou índio (Ceci).

Muitos estudantes mencionaram que a conquista de benefícios advindos do reconhecimento dos Tapeba fez com que alguns indivíduos não-índigenas aproveitassem o cadastramento como chance para “tornarem-se índios” e ocasionou uma “mistura” entre índios e regionais. Por essa razão, é difícil identificar quem de fato é indígena. Francisco, por várias vezes, repetiu com outras palavras o conteúdo desta frase: “Tem aqueles [indivíduos] que nem são índios, mas se cadastraram como índios pra ter os nossos direitos”. Perguntamos a Francisco como ele identificou esses indivíduos que não eram indígenas, mas que haviam se cadastrado como índio e, ele me disse:

Na verdade, eu vejo as pessoas comentar sabe? Principalmente minha mãe e meu pai. Eles conhecem muita gente né, aí eles dizem que tem gente aqui que se cadastrou sem ser índio, só pra receber os nossos benefícios (Francisco).

Os estudantes disseram que aprenderam esse tema na família, com seus pais, avós e tios. Ceci conheceu pessoas que se dizem índios, que se cadastraram como Tapeba sem sê-lo. Ela tomou conhecimento destas situações pela sua mãe e avó materna. Esta última, moradora antiga do distrito de Capuan e, portanto, conhece grande parte das famílias que ali moravam.

Guilherme, 23 anos, falou que sua mãe comentou sobre indivíduos de “cor negra” que se cadastraram somente para “receber benefícios”. Ele disse que a Sr^a. Maria, não-indígena e mãe de sua namorada, contou que, há uns quinze¹² anos, quase ninguém escutava falar em índios em Caucaia, mas, depois que as pessoas souberam que o cadastramento como indígena daria direito a benefícios, surgiu índio de toda cor e de todos os bairros do referido município;

¹²Conforme mencionado na introdução deste trabalho, as poucas referências encontradas sobre o grupo datam antes de 1984 (BARRETTO FILHO, 2004).



Por essa razão, ela e a população local não acreditavam na existência de índios. Para Guilherme, tal situação fez com que o preconceito contra eles aumentasse.

Ana, 19 anos, e Irma, 18 anos, são irmãs. Elas contaram que todas as vezes que sua mãe ia a uma reunião para receber cesta básica chegava em casa comentando que havia um novo índio e que ela tinha dificuldade para identificar quem era ou não Tapeba, pois, com o cadastramento, muitos indivíduos passaram a ser Tapeba somente para ter acesso a direitos. Elas relataram o caso de duas senhoras, vizinhas e moradoras do bairro Genipabu, que dizem ser os índios “um bando de aproveitadores”, pois fingem algo que não são somente pelo interesse, além de falarem: “como eu queria ser índio, é muito benefício que você recebe só pra dizer que é índio”. As meninas disseram que se sentem ofendidas com esses comentários.

Francisco comentou o seguinte: “Hoje é tudo misturado e nós [Tapeba] acaba levando nome de falso índio por causa desses que fingem ser índio”.

Outro tema explorado pelos estudantes foi sobre os casamentos interétnicos, ou seja, um casamento entre um Tapeba com um indivíduo não-indígena e o acesso aos direitos indígenas.

Ana e Irma disseram que consideram errado o casamento entre um Tapeba e um não-Tapeba, pois este passa a receber os benefícios indígenas. Para elas, índio deve casar com índio, como seus pais que são casados.

Quando Guilherme ouviu o que as duas irmãs falaram, levantou-se de sua cadeira, aproximou-se e perguntou se poderia participar da conversa. Em pé e olhando para as duas garotas, disse que não fazia sentido um não-Tapeba se casar com um Tapeba e não ser tido como índio; citou o caso de seus pais como exemplo, pois sua mãe era Tapeba, mas seu pai não era. Em seguida, ele perguntou para as duas estudantes: “se vocês se casassem com um homem que não é Tapeba, vocês não iriam querer que eles se cadastrassem pra ter os mesmos direitos que vocês?”. As meninas ficaram em silêncio.



Guilherme ainda informou que existem muitos casos de pais e mães de alunos que casaram com pessoas que não são Tapeba e hoje são cadastrados como indígenas e têm os mesmos direitos que eles.

Meu pai é índio e casou com minha mãe que não era índia, mas se tão casado é pra ter os mesmos direitos. Se eu me casar com uma pessoa que não é Tapeba eu quero que minha esposa tenha os mesmos direitos que eu. As pessoas julgam muito, e eu sei que falam mal da gente dizendo que tudo é misturado, mas é pra ter direito sim, porque quando o homem índio e a mulher não-índia se casam e têm filhos, os filhos têm o sangue dos dois, ou seja, ele é misturado, então os filhos são índio sim (Júlio, 18 anos).

2.3 “VERDADEIRO TAPEBA” E “OS ÍNDIOS EM SI TINHA PRECONCEITO COM ELES MESMOS”

Os alunos disseram que conhecem índios que têm vergonha de assumir publicamente sua identidade indígena. Também contaram que têm conhecimento daqueles que não se consideram índios. Então, alguns estudantes citaram condutas que um “verdadeiro Tapeba” deve ter.

Perguntamos aos alunos se eles e suas famílias se consideravam Tapeba. Oitenta e três alunos responderam que sim e não tinham vergonha de dizer que eram indígenas. Alguns, entretanto, acrescentaram que apenas dizem que são índios quando alguém lhes pergunta.

Três estudantes relataram que não dizem ser Tapeba, pois têm vergonha e, dessa forma, evitam que as pessoas falem mal deles. Tal argumento é justificado por eles terem escutado alguns vizinhos e colegas não-índios criticarem os indígenas quando fazem retomada de terras ou por não considerarem os Tapeba índios, pois estes andam bem vestidos e possuem aparelhos eletrônicos. Por escutarem termos negativos e “preconceituosos” sobre seu grupo, os três alunos preferem dizer que não são indígenas.

Uma das alunas que não se considera Tapeba pediu para não dizer a ninguém da escola sobre sua identidade indígena. Com a voz baixa e olhando para dentro da cozinha, local onde estávamos, instruiu o seguinte: se alguém



perguntasse sobre o teor da conversa, deveríamos responder que estávamos conversando a respeito de outros assuntos.

Sobre essas situações de índios se assumirem ou não publicamente como indígenas, Ceci e Francisco disseram que não tinham vergonha de dizer que eram índios e citaram algumas condutas que consideram como as que um “verdadeiro Tapeba” deve ter. Uma primeira característica, a mais importante para eles, era não ter vergonha de dizer que é índio. Outra conduta valorizada era a participação nos eventos culturais e, principalmente, dançar o Toré. Este último apareceu de modo recorrente em muitas falas, como se pode verificar nas duas narrativas abaixo:

Tem muita gente que é índio, mas nunca participou de mobilização de nada, sabe? Aí quando veio o cadastramento que eles [Tapeba] sabiam que era pra receber benefícios, aí num instante saiu dizendo que era índio. Só se assumiram mesmo pra se cadastrar. Pergunte se eles dançam nos eventos dos Tapeba o Toré... Pergunte se eles participam das mobilizações que os Tapeba fazem... Eles não vão não, porque eles só querem ser chamados de índios só pra receber os benefícios e nada mais. E isso é errado né? Índio que é índio é independente de ter esses benefícios (Ceci).

Eu danço o Toré em qualquer lugar, pode ser nas festas do Pau-Branco, pode ser na minha escola, eu não tenho vergonha. E tem muito índio aí que nem sabe dançar o Toré. Como é que pode um índio não saber dançar um Toré? Eu não entendo essa vergonha que esse povo diz que tem, é a nossa cultura não é pra ter vergonha, aí a gente sabe logo que só se cadastrou por causa dos benefícios né, mas pra mim, eles nem deviam ser cadastrado como índio, porque eles não são índios (Francisco).

Ceci enfatizou que o Toré lhe foi ensinado desde criança e que outros Tapeba, assim como ela, também deveriam saber dançá-lo. Para ela, o fato de muitos não o dançarem faz com que haja dúvidas sobre a identidade indígena dos Tapeba, pois saber a dança do seu grupo é uma forma de a população de Caucaia identificar que eles são indígenas. Em seguida, Ceci comentou:



[...] Nós participamos da nossa cultura, dançamos o Toré, nos apresentamos onde precisarem e sempre que alguma liderança chama a gente pra participar de algum evento, nós vamos para mostrar nossa cultura. E depois a gente que finge ser índio né? A gente que é interesseira, mentirosa né?! (Ceci).

Muitos alunos também disseram que ser Tapeba é não ter vergonha de dizer que é índio. Então indagamos se aqueles indígenas que não falam que são índios e que também não sabem dançar o Toré não são tidos como Tapeba por eles. A maioria respondeu que uma pessoa não deixa de ser índio porque tem vergonha de assumir a identidade indígena. Três alunos disseram que ser indígena “tá no sangue”, apontando para seus braços. Outros relataram não consideraram Tapeba quem não se diz publicamente como indígena.

Um dos colegas Tapeba de Júlio não participa da Festa da Carnaúba nem de mobilizações, nem dança o Toré mas, se fosse necessário, participaria desses eventos ou o dançaria. Para Júlio, a população regional e os próprios índios sabem que existem muitos Tapeba iguais ao seu amigo que não gostam de estar envolvidos em nada que se refira aos indígenas e, devido a isso, questionam que tipo de índio é esse que não “participa da própria cultura”. Participar da cultura significa ser reconhecido como indígena pela população regional e pelos membros de seu próprio grupo.

Ceci e Francisco disseram que alguns Tapeba não têm coragem de assumir, em certos momentos, que são índios. Ela disse que o fato de os Tapeba não se assumirem publicamente faz com que eles tenham “preconceitos contra eles mesmos”. Para exemplificar o que disse, ela contou sobre um discurso que fez durante um desfile que organizou junto com Francisco. Ceci e Francisco consideram a comunidade pouco dinâmica, “sem cultura” e com poucos projetos destinados aos jovens. O tema do desfile era “Brasil: todos os amores, raças e cores”, que ocorreu na Escola Diferenciada Tapeba dos Trilhos, em 28 de dezembro de 2012, com o intuito de “mostrarem que eram capazes”.

A gente fez esse desfile, porque aqui não tem nada para nós sabe? Devia ter algum projeto aqui pros jovens, sabe? ‘A gente fica tudo parado’, tem que ir pra



outros cantos atrás de cursos, essas coisas sabe? Aí pensamos em fazer um desfile que ninguém acreditou que pudesse dar certo, mas foi um sucesso! Acho que ninguém achou que nós dois conseguiríamos, é tanto que ninguém quis ajudar (Ceci).

Foram convidadas as meninas que tivessem entre 13 e 17 anos de idade e que estudassem em escola diferenciada, mesmo que não fossem indígenas. Ceci reclamou que a comunidade é desunida, pois, ao pedir apoio financeiro ou organizacional, ninguém se comprometeu em ajudá-la. Entrou em contato com sua tia, diretora da Escola, pedindo-lhe que cedesse o espaço do colégio para realizar o evento. A diretora sugeriu que toda a arrecadação financeira do desfile fosse doada à festa dos alunos do 9º ano.

Ceci ficou encarregada de discursar na abertura do desfile. Em seguida, levantou-se da cadeira, perguntou se eu estava gravando o que ela dizia e me contou o que disse no início do evento:

Eu disse que nós temos que assumir que somos índios e quebrar esse preconceito, pois os índios em si tinha preconceito com eles mesmo, que estávamos ali para quebrar o preconceito que nós tinha contra a gente mesmo, que era pra gente mostrar nossa cultura, não ter vergonha em dizer quem somos índio. Eu disse isso, porque eles mesmos não se assumem né? Só quando é preciso [se referindo aos benefícios] (Ceci).

2.4 “O QUE QUEREMOS É A DEMARCAÇÃO DE NOSSAS TERRAS”

Outro tema que os estudantes associaram ao preconceito foi sobre retomada de terras. Eles disseram que a população regional acredita que os Tapeba dizem ser índios com o intuito de tomar terras “alheias” e, por essa razão, são “mal vistos” quando estão fazendo alguma mobilização na luta por direitos.

Desde criança, Ceci acompanhou o engajamento de sua família, principalmente de sua mãe, a Sra. Araci, na conquista de alguns direitos,



especialmente no que se referia à educação diferenciada e à saúde. Baseando-se nas histórias de sua mãe, Ceci contou:

As pessoas têm raiva, porque índio invade a terra que é nossa, mas eles acham que não é, e como ninguém pode fazer nada contra a gente, aí as pessoas têm raiva porque quando a gente invade um terreno ninguém pode bater nem tirar a força. Eu sempre escutava dos outros [ela se refere aos não-Tapeba de Caucaia] como na retomada aqui [no distrito Capuan] onde foi construída a minha casa, que a gente finge que é índio só pra tomar o terreno dos outros, que em Caucaia nunca teve índio. Eu perguntava a minha mãe se aquele lugar era nosso porque eu era criança né? [Nessa retomada, Ceci tinha 12 anos de idade] e ela dizia que era nosso por direito e que antes do dono tomar, era dos índios que moravam nessa área e por isso era nossa (Ceci).

Francisco, quando ouviu o que Ceci relatou, lembrou-se de uma conversa que havia escutado entre duas pessoas desconhecidas, dentro de um ônibus no município de Caucaia. Naquela conversa, criticava-se a retomada de terras pelos Tapeba, que estava acontecendo num terreno do distrito de Capuan, onde hoje está construída a casa de Ceci.

Eu já ouvi gente [não-Tapeba] que fala da gente, eu lembrei de uma vez que eu tava no ônibus aqui mesmo dentro de Caucaia indo pra casa, aí eu ouvi umas pessoas que não conheço dizendo assim: “bando de índio que não tem o que fazer, aí ficam invadindo terra dos outros dizendo que são deles” (Francisco).

Ele disse que não teve reação alguma. Ficou calado em pé no ônibus apenas escutando a conversa dos regionais. Segundo Francisco, muitos não-índigenas, ao se referirem aos Tapeba, utilizam, em suas falas, expressões “preconceituosas”, principalmente quando o assunto é retomada de terras.

Essas coisas que a gente escuta é preconceito, né? Chamar a gente de bando de índio que não tem o que fazer, dizer que a gente não é índio, que aqui não existe índio... mas eu acho que isso é inveja que esse povo tem da gente, porque tudo que a gente precisa a gente tem. Se quiser um carro pra ir pra



uma consulta a gente tem, se quiser ir pro médico, tem aqui os postos dos índios, se uma mulher engravidar e não tiver condições, ela recebe uma ajuda. É muita coisa que a gente tem né? E ainda tem as cestas básicas. (Francisco)

De um modo geral, os alunos relataram que normalmente escutam expressões depreciativas sobre os Tapeba quando eles fazem mobilizações em que interditam as ruas. Segundo eles, as pessoas “falam mal” dos Tapeba, usando as seguintes expressões “bando de índio que não tem o que fazer”, “esses índios que fingem ser índio pra tomar terra das pessoas de bem” e “virou moda” eles fecharem vias principais de acesso.

Guilherme contou que, quando tinha quatorze anos estava jogando futebol com uns amigos num campo perto de sua casa e entre os seus colegas, havia um garoto que morava no estado do Mato Grosso do Sul e estava passando férias na casa de uma tia, que era sua vizinha, no bairro Lagoa I. Ele disse que sua mãe chegou ao local onde ele estava e pediu que ele fosse se informar sobre as cestas básicas. Seu amigo, ouvindo o teor da conversa, perguntou a Guilherme se ele era índio e, quando Guilherme confirmou que era indígena, seu colega começou a falar mal dos índios afirmando que eles eram ladrões, pois tomavam as terras de outras pessoas e mentiam alegando que as terras pertenciam a eles. Disse que os índios do estado onde morava roubaram as terras que pertenciam ao seu pai, e, por isso, ele e sua família não gostavam de indígenas.

Maiara, 18 anos, certa vez estava almoçando com seu namorado numa churrascaria no centro de Caucaia e ouviu a conversa de duas mulheres que estavam sentadas em uma mesa próxima a dela. Elas comentaram que era absurdo as pessoas terem suas terras invadidas por um bando de indivíduos que se dizia índio, alegando que queriam suas terras de volta. Maiara disse que ficou com vontade de ir até a mesa das mulheres e falar que os Tapeba estavam pegando de volta aquilo que lhes pertenciam por direito, mas, ao mesmo tempo, sabia que não ia adiantar nada, então preferiu ficar calada, pois era comum ouvir da população local esse tipo de comentário.



Clara, 19 anos, mora na Comunidade do Trilho, no distrito Capuan. Ela relatou que, quando sua colega de trabalho soube onde ela residia, disse que algumas pessoas naquela localidade não eram indígenas e que estas se tornaram índios para “tomar as terras de pessoas de bem”, que, na verdade, era tudo um “bando de interesseiros”. Sua amiga falou ainda que os indígenas eram mal vistos, pois não é o fato de um indivíduo ser índio que ele pode sair pela Caucaia “escolhendo terras para invadir, afirmando que são deles”. Clara respondeu que os Tapeba reivindicam as terras que são deles por direito e que os índios eram os maiores prejudicados, pois haviam perdido seus lugares de origem e que eles também eram “pessoas de bem”.

Com a informação sobre a existência de um preconceito em relação aos moradores da Comunidade do Trilho, perguntamos aos outros seis estudantes que moram nesta localidade se eles tinham passado pela mesma situação de Clara, mas todos disseram que não.

Clara contou que, quando o assunto é retomada de terras, é comum ouvir a seguinte frase pelos regionais: “os Tapeba são interesseiros”. Segundo ela, é “muito preconceito pra um só povo”, pois eles não são vistos como índios, não podem fazer reivindicações e aqueles que moram em áreas de retomadas são tidos como pessoas “interesseiras”. Para ela, escutar tais comentários é algo que incomoda e provoca indignação.

Alda, 20 anos, ao escutar o que Clara falou, respondeu que morar em uma área de retomada é uma forma de as pessoas saberem que ali há índios e não deveriam existir indivíduos desconfiando de que eles não eram indígenas ou falando que eles eram “interesseiros” nem sendo preconceituosos com os moradores de lá. Pois, se eles tinham conseguido aquele espaço, é porque foi entendido que aquele local pertencia ao grupo. Ela falou que o pai de uma colega comentou que a Comunidade do Trilho é um local que pode se dizer que existe “índio de verdade”, pois há muitas pessoas antiga lá, mesmo que alguns tenham se aproveitado e estejam morando nessa área. Alda olhou para Clara e disse que ela não deveria se incomodar com esse tipo de comentário, pois a população regional sempre irá falar mal dos índios por eles fazerem



retomada de terras e repetiu o que havia dito anteriormente, que Clara devia entender que, se eles estavam morando em áreas de retomadas, é porque aquelas terras pertenciam ao seu grupo e, em seguida, olhou para mim e perguntou, não é?

Os estudantes informaram que, ao longo dos anos, os Tapeba vêm travando um grande embate pela demarcação de suas terras e, por isso, utilizam-se das manifestações culturais para atrair a atenção do Poder Público. Eles citaram como exemplo a Marcha Tapeba e a Festa da Carnaúba.

Ceci lembrou da Marcha Tapeba que ocorreu no dia 03 de outubro de 2012, no centro de Caucaia, em que ouvimos o discurso de uma liderança indígena para um jornalista.

Nessa Marcha também chamamos atenção para a demarcação de terras, pois nós aguardamos a publicação no Diário Oficial da União, de um relatório com identificação e delimitação da terra que foi concluído pela FUNAI desde dezembro do ano passado (ano de 2011).

Alda comentou que, no dia do evento, acompanhou sua irmã de oito anos que desfilou pela Escola Diferenciada Tapeba dos Trilhos e, quando chegou ao local marcado para o encontro, ouviu a conversa entre duas funcionárias de uma loja, em que uma falou para a outra: “lá vem aquele bando de índios reivindicarem as coisas e parar o trânsito daqui, é melhor baixar as portas da loja, porque é capaz de ter arrastão”. Em seguida, Alda levantou e reproduziu a reação que teve ao ouvir o comentário das vendedoras, aproximou-se de mim como se eu fosse uma das funcionárias e disse:

Nós não vamos fazer arrastão, nós estamos aqui para mostrar nossa cultura e reivindicar nossas terras. Infelizmente têm muitas pessoas que se aproveitam dessa situação para fazer bagunça, mas não somos nós.

Na XIV Festa da Carnaúba/ XIII Feira Cultural/ XII Jogos Indígenas que ocorreram nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 2013, nos Paus-Branco, encontramos muitos alunos da escola e a grande maioria dos estudantes estavam usando trajes feitos com palhas de carnaúba.



No primeiro dia Ceci e Francisco nos levaram a cada oca e ensinaram que todas elas representavam uma escola diferenciada. Apresentaram Weiber, um dos líderes do movimento indígena e disseram que ele era uma referência para eles. Quando fomos à oca que representava a Escola Diferenciada Tapeba dos Trilhos, Ceci perguntou a sua tia, que é diretora, porque ela não foi chamada para participar da peça que a escola apresentou.

Em uma das ocas que visitamos, Ceci olhou para duas meninas que usavam roupas iguais a população regional (short jeans e blusa de malha) e disse que elas deveriam estar trajadas com as roupas feitas de palha de carnaúba, como muitos Tapeba que estavam lá.

Enquanto assistíamos à apresentação de uma das escolas diferenciada, Ceci contou que, diferente de muitos jovens indígenas, ela faz questão de participar de todos os eventos dos Tapeba. Após o fim da apresentação da escola, o grupo fez uma roda para dançar o Toré, juntaram-se a eles, a população regional e outros Tapeba. Ceci, no mesmo instante, foi para a roda e disse “Eu amo dançar o Toré”.

Quando terminou a dança, Ceci criticou algumas meninas que não dançaram o Toré e disse: “tá vendo, sempre têm aqueles que nunca dançam. Ficam somente olhando, elas deviam participar né”. Enquanto Ceci e Francisco mostravam o local, olhamos a faixa e cartaz que traziam frases que remetiam ao tema do preconceito e da demarcação das terras indígenas. A frase da faixa e do cartaz eram respectivamente a seguinte: “O índio luta por mais igualdade, buscando vencer o preconceito” e “Nós era um povo só. Campanha pela demarcação das terras indígenas no Ceará”.

Ceci olhou para Francisco e disse “Os Tapeba têm que assumir que são índios, não ter vergonha, eles têm que quebrar o preconceito contra eles mesmos”. Em seguida, Francisco falou para Ceci que aquela frase também servia para a população regional que duvida da identidade indígena deles. Ele acrescentou que no cartaz a população local poderia ver que eles fazem retomada de terras em áreas que pertencem aos Tapeba e não porque são um “bando de índio



que não tem o que fazer”, em referência à frase que escutou dentro de um ônibus, em que duas pessoas não-Tapeba criticaram as retomadas.

Perguntamos aos estudantes o que significava as frases que estavam escritas na faixa e no cartaz. A maioria dos estudantes respondeu que essas frases chamariam atenção da população de Caucaia, mostraria através do evento sua cultura, como a dança, o Toré, suas bebidas, entre outros. Revelariam que eles não tinham perdido seus costumes com o passar dos tempos nem deixaram de ser índio por conviver junto com a população regional. Outra aluna respondeu: “queremos a demarcação de nossas terras e que as pessoas [regionais], entendam que as terras que reivindicamos são nossas”.

Dois estudantes contaram que, durante o evento, ouviram um grupo de regionais comentarem que tudo ali era uma farsa e que era muito fácil criar uma festa, inventar bebidas e danças para afirmarem que são índios e tomar as terras dos outros. Eles disseram que escutaram a conversa e depois saíram de perto do grupo.

2.5 OUTRAS SITUAÇÕES DE PRECONCEITO

Uma das estratégias usada para explorar o tema do preconceito com os alunos foi perguntar-lhes se souberam de uma discussão que aconteceu na escola, entre duas alunas não-índigenas, em que uma apelidou a outra de “nega” durante uma aula de Geografia, no turno da tarde, no ano de 2012. Após este tema, surgiram inúmeros relatos de situações que eles consideraram como “preconceituosas”.

Pedro contou uma situação, a qual classificou ser “constrangedora” um caso de “preconceito”, termos que ele utilizou para narrar o episódio. Em agosto de 2012, comemorou-se a inauguração do Shopping landê no município de Caucaia. Segundo Pedro, naquela ocasião, ele e outros Tapeba foram convidados por uma liderança indígena para dançarem o Toré e, após terminarem a apresentação, eles foram conhecer o referido shopping, vestindo as roupas utilizadas na apresentação, vestimentas feitas a partir de palhas de carnaúba. Ele relatou que, após o término da dança, foi conhecer o local com



seus amigos, e algumas pessoas que estavam por lá lhes disseram para ir embora e trocarem suas roupas, entre elas funcionários das lojas.

Pedro disse que ficou chateado com o que ouviu das pessoas no shopping e, devido a isso, preferiu sair de lá. Ele falou que, quando conhece alguém, não diz que é indígena porque tem medo de fazerem chacota ou não quererem ter sua amizade, pois ele não sabe qual seria a atitude do novo conhecido, isto é, se ele será receptivo ou não ao fato.

Nem todo mundo quer amizade com a gente que é Tapeba, por isso eu só falo que sou se me perguntarem, mas se não precisar falar eu não falo. Tipo: se eu for conhecer alguém, eu não digo que sou Tapeba. Mas eu não tenho vergonha, sabe? Eu só não ando falando pra todo mundo que sou índio, eu sou na minha, sabe? (Pedro).

Certa vez, enquanto conversávamos com Ceci em sua casa, sua mãe apareceu e, ao ouvir o que dialogávamos, narrou um caso de preconceito que vivenciou.

Antigamente, as pessoas davam desprezo na gente: quando os Tapeba chegavam, as pessoas saíam de perto. Eu me lembro de uma apresentação do Toré, num canto que não me lembro do nome, porque eu ia há muitos locais para me apresentar, aí num desses cantos aí, uma mulher me deu um beliscão para saber se eu era índia. Hoje o pessoal ainda acha que a gente não é índio, mas eu não vou com agressão não, até porque se alguém discriminar a gente, a gente pode ir atrás dos nossos direitos né? (Araci).

Quando a Sra. Araci terminou de falar, Ceci disse que não sofreu nenhum tipo de preconceito, mas tinha conhecimento de algumas histórias que demonstraram haver dúvidas sobre os Tapeba serem indígenas. Ceci colocou que, se acontecesse alguma situação com ela, faria uma denúncia, pois se tais fatos acontecem é porque os indígenas não tomam uma atitude que é ir até a delegacia. Para ela, discutir e/ou ignorar o ocorrido não resolve nada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Neste artigo, exploramos como o tema do preconceito está presente no cotidiano dos alunos indígenas e como o recurso a uma visão estereotipada sobre o grupo remete a suspeita da sua identidade indígena, que é baseada em: (1) ter a pele de cor escura e cabelos lisos; (2) baixa condição socioeconômica; (3) morar na mata; (4) apresentar nudez; (5) viver da agricultura e pesca; (6) não possuir aparelhos eletrônicos; (7) nem carro; e (8) não fazer retomada de terras, esta última faz com que haja uma imagem negativa dos Tapeba, que está associada principalmente ao “desrespeito à propriedade alheia”.

Analizamos também os efeitos do cadastramento que, segundo explicação dos jovens indígenas, fizeram com que indivíduos não-indígenas se cadastrassem como índio para ter acesso a direitos. Estes não indígenas eram classificados por meio de uma linguagem racializada, indivíduos considerados “negros” ou “brancos” ou ainda não-indígenas que se casaram com Tapebas. Para os estudantes e suas famílias, estas situações fizeram com que a população de Caucaia tenha dúvidas sobre a existência de índios neste município.

Outros temas apresentados foram sobre a vergonha que alguns alunos têm de assumir publicamente que são Tapeba e o fato de alguns não se considerarem índios. Esses dois fatos fizeram com que os estudantes citassem as condutas que um “verdadeiro Tapeba” deve ter, em meio ao tema do preconceito e da desconfiança sobre a identidade indígena do grupo. Contudo, embora haja desconfiança em relação à identidade do grupo, os estudantes acreditam que o preconceito hoje é menor, pois a população de Caucaia passou a reconhecer a existência de índios ou a se acostumar com a presença deles no município.

Este reconhecimento é atribuído à importância dos eventos culturais em que lideranças, professores e estudantes indígenas tornam público as suas condições diferenciadoras frente à população regional. Nesses eventos, as denúncias de situações de omissão e/ou a demora das ações políticas diante dos impasses de sua legitimação indígena são feitas, bem como são expostas situações de preconceito vivenciadas pelo grupo, a exemplo das faixas,



cartazes e peças encenadas sobre a expropriação de suas terras durante a Festa da Carnaúba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Max Maranhão Piorsky. **Legalizing Indigenous Identities: the Tapeba struggle for land and schools in Caucaia, Brazil.** Journal of Latin American Anthropology, v. 17. P1006954-919206. 2012.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. **Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste.** In: Oliveira, João Pacheco de. (org). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª. ed. LACED, 2004.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1998.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Demográfico de 2010. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 10 de maio de 2013.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. **Rituais de resistência: experiências pedagógicas Tapeba.** (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRG, Natal, 2009.

TÓFOLI, Analu. **As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: mobilização étnica e apropriação espacial.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFC, Fortaleza, 2010.

VALLE, Carlos Guilherme do. **Identidade em Caucaia: etnografia e vicissitudes de uma perícia antropológica.** Revista Antropológicas, Recife, v. 14, n. 1-2, p. 235-262, 2003.